

**ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE  
MAGISTRADOS MINISTRO SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA -  
ENFAM**

**PORTARIA ENFAM N. 20 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.**

Institui grupo de trabalho para revisar e adequar o conteúdo dos materiais didáticos de cursos de ensino a distância realizados pela Enfam.

**O DIRETOR-GERAL DA ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS MINISTRO SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA – ENFAM**, cumprindo o previsto no art. 105, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal e considerando o disposto no art. 22 do Regimento Interno da Escola,

**RESOLVE:**

Art. 1º Instituir, no âmbito da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, grupo de trabalho para revisar e adequar os conteúdos dos materiais didáticos dos cursos *Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes em Situação de Violência* e *Aspectos Práticos e Relevantes do Direito Previdenciário Brasileiro*, por ela realizados.

Art. 2º Integram o grupo de trabalho:

I - o Juiz de Direito Paulo de Tarso Tamburini, Secretário-Geral da Enfam;

II - o Desembargador José Antônio Daltoé Cezar, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul;

III - o Juiz de Direito Eduardo Rezende Melo, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;

IV - o Juiz Federal José Antonio Savaris, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Parágrafo único. O grupo de trabalho poderá contar com o auxílio de autoridades e especialistas com atuação em área correlata à matéria objeto de revisão/adequação.

Art. 3º Compete ao Secretário-Geral da Enfam a coordenação dos trabalhos.

Art. 4º As atividades de apoio serão exercidas, na forma prevista no art. 11 da Resolução STJ n. 35 de 13 de novembro de 2012, pelas seguintes servidoras da Enfam:

- I - Maria Raimunda Mendes da Veiga, Secretária Executiva;
- II - Marizete da Silva Oliveira, Coordenadora de Pesquisa e Ensino;
- III - Rosa Christina Penido Alves;
- IV - Gabriela Amaral de Oliveira Teixeira;
- V - Daniella Gonçalves Cabeceira de Azevedo.

Art. 5º Não haverá retribuição financeira pelos trabalhos desenvolvidos pelos integrantes do grupo.

Art. 6º A Enfam arcará com as despesas referentes a passagens, transporte, alimentação e hospedagem dos integrantes do grupo de trabalho caso seja necessário o deslocamento para a realização de encontros presenciais com a equipe da Escola.

Art. 7º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA